# SANTA CASA NOSSA SENHORA DAS MERCÊS

## **RELATÓRIO ANUAL 2022**



# SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	Pág. 01
BALANÇO PATRIMONIAL	Pág. 02
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Pág. 03
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	Pág. 04
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL	Pág. 05
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	Pág. 06
INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS	Pág. 07
NOTAS EXPLICATIVAS	Pág. 08 a 16
RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	Pág. 17 a 19

## SANTA CASA NOSSA SENHORA DAS MERCÊS

## **RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da **SANTA CASA NOSSA SENHORA DAS MERCÊS**, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhada das respectivas notas explicativas e do "Relatório de Auditoria".

Santa Bárbara/MG, 15 de junho de 2023.

**DIRETORIA** 

## SANTA CASA NOSSA SENHORA DAS MERCES

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO	Notas	2022	2021
CIRCULANTE	-	2.060.561	1.940.417
Caixa e equivalentes de caixa	04	1.270.761	1.069.531
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	05	274.175	354.058
Créditos de op. de assistência saúde não relacionados c/ planos de saúde	05	97.773	-
Estoques	06	401.890	500.087
Tributos a recuperar		-	44
Outros ativos		15.962	16.697
NÃO CIRCULANTE		14.844.687	14.791.384
Depósitos judiciais	17	5.023	77.112
Imobilizado	07	14.839.664	14.714.272
TOTAL DO ATIVO		16.905.248	16.731.801
PASSIVO	Notas	2022	2021
ODOLU ANTE		0.47.044	4 005 000
CIRCULANTE	_	947.846	1.035.829
Contas a pagar a fornecedores e outras	08	248.270	135.903
	08 09		
Contas a pagar a fornecedores e outras		248.270	135.903
Contas a pagar a fornecedores e outras Obrigações trabalhistas e sociais Empréstimos e financiamentos Obrigações tributárias	09	248.270 576.184	135.903 645.138
Contas a pagar a fornecedores e outras Obrigações trabalhistas e sociais Empréstimos e financiamentos	09	248.270 576.184 70.278	135.903 645.138 213.562
Contas a pagar a fornecedores e outras Obrigações trabalhistas e sociais Empréstimos e financiamentos Obrigações tributárias	09	248.270 576.184 70.278	135.903 645.138 213.562 41.226
Contas a pagar a fornecedores e outras Obrigações trabalhistas e sociais Empréstimos e financiamentos Obrigações tributárias NÃO CIRCULANTE	09 10	248.270 576.184 70.278	135.903 645.138 213.562 41.226 <b>192.384</b>
Contas a pagar a fornecedores e outras Obrigações trabalhistas e sociais Empréstimos e financiamentos Obrigações tributárias NÃO CIRCULANTE Empréstimos e financiamentos	09 10 —	248.270 576.184 70.278	135.903 645.138 213.562 41.226 <b>192.384</b> 115.272
Contas a pagar a fornecedores e outras Obrigações trabalhistas e sociais Empréstimos e financiamentos Obrigações tributárias NÃO CIRCULANTE Empréstimos e financiamentos Provisões	09 10 —	248.270 576.184 70.278 53.114 -	135.903 645.138 213.562 41.226 <b>192.384</b> 115.272 77.112
Contas a pagar a fornecedores e outras Obrigações trabalhistas e sociais Empréstimos e financiamentos Obrigações tributárias NÃO CIRCULANTE Empréstimos e financiamentos Provisões TOTAL DO PASSIVO	09 10 	248.270 576.184 70.278 53.114 - - 947.846	135.903 645.138 213.562 41.226 <b>192.384</b> 115.272 77.112 <b>1.228.213</b>
Contas a pagar a fornecedores e outras Obrigações trabalhistas e sociais Empréstimos e financiamentos Obrigações tributárias NÃO CIRCULANTE Empréstimos e financiamentos Provisões TOTAL DO PASSIVO PATRIMONIO SOCIAL	09 10 	248.270 576.184 70.278 53.114 - - - 947.846 15.957.403	135.903 645.138 213.562 41.226 <b>192.384</b> 115.272 77.112 <b>1.228.213</b> <b>15.503.588</b>
Contas a pagar a fornecedores e outras Obrigações trabalhistas e sociais Empréstimos e financiamentos Obrigações tributárias NÃO CIRCULANTE Empréstimos e financiamentos Provisões TOTAL DO PASSIVO PATRIMONIO SOCIAL Patrimônio social	09 10 	248.270 576.184 70.278 53.114 - - 947.846 15.957.403 4.479.341	135.903 645.138 213.562 41.226 <b>192.384</b> 115.272 77.112 <b>1.228.213</b> <b>15.503.588</b> 3.875.246

# SANTA CASA NOSSA SENHORA DAS MERCES DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

VALORES LIVI III	LAIS			
		EXERCÍCIOS		
ITENS DE RESULTADOS	Notas	2022	2021	
RECEITAS HOSPITALARES		15.596.466	14.662.819	
Pacientes particulares		156.788	117.157	
Convênios		4.937.483	3.414.923	
SUS		1.248.340	1.880.696	
Contrato de gestão PMSB		6.087.032	5.364.153	
PMSB - Termo de compromisso Valora		1.294.165	-	
Outros convênios/pacientes		457.452	35.266	
(-) Glosas		(53.908)	(29.637)	
Receitas subvenções		34.457	2.444.819	
Receitas com doações		380.841	408.876	
Isenção patronal INSS	12	1.053.817	1.026.566	
CUSTOS HOSPITALARES	13	(13.673.387)	(12.516.391)	
RESULTADO BRUTO		1.923.080	2.146.428	
DESPESAS OPERACIONAIS		(1.469.265)	(1.721.641)	
ADMINISTRATIVAS	13	(806.950)	(683.383)	
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(662.315)	(1.038.258)	
Receita de remissão tributária	12	(1.053.817)	(1.026.566)	
Receitas diversas		500.474	30.485	
Receitas (despesas) fianceiras		(108.973)	(42.177)	
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		453.815	424.787	

## SANTA CASA NOSSA SENHORA DAS MERCES DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	EXERCÍCIOS	
ITENS	2022	2021
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	453.815	424.787
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	453.815	424.787

## SANTA CASA NOSSA SENHORA DAS MERCES

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Patrimônio Social	Resultado do período	Ajustes de avaliação patrimonial	Somas
Em 31 de dezembro de 2020	3.415.651	280.287	11.382.863	15.078.801
Resultado líquido do exercício	-	424.787	-	424.787
Ajuste de avaliação patrimonial	179.308	-	(179.308)	-
Outros resultados abrangentes	179.308	-	(179.308)	-
Resultado abrangente total	179.308	424.787	(179.308)	424.787
Aumento do patrimônio social	280.287	(280.287)	-	-
Mutações internas do patrimônio social	280.287	(280.287)	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	3.875.246	424.787	11.203.555	15.503.588
Resultado líquido do exercício	-	453.815	-	453.815
Ajuste de avaliação patrimonial	179.308	-	(179.308)	-
Resultado abrangente total	179.308	453.815	(179.308)	453.815
Aumento do patrimônio social	424.787	(424.787)	-	-
Mutações internas do patrimônio social	424.787	(424.787)	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	4.479.341	453.815	11.024.247	15.957.403

## SANTA CASA NOSSA SENHORA DAS MERCES

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

VALUNCIS EIN NEAD	EXERCÍO	CIOS
ITENS	2022	2021
1. DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit	453.815	424.787
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades		
geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização(+)	542.506	506.007
Custos de financiamento(+)	108.973	63.252
Receitas de investimento(-)	-	(21.075)
Variação nos ativos e passivos operacionais		
(Acréscimo) decréscimo nas contas a receber de clientes e outras	(17.889)	105.325
(Acréscimo) decréscimo nos estoques	98.197	(310.308)
(Acréscimo) decréscimo nos tributos a recuperar	44	-
(Acréscimo) decréscimo nos depósitos judiciais	72.089	-
(Acréscimo) decréscimo em outros ativos	735	(7.842)
Acréscimo (decréscimo) nas contas a pagar a fornecedores e outras	112.367	(36.098)
Acréscimo (decréscimo) nas obrigações trabalhistas e sociais	(68.954)	1.120
Acréscimo (decréscimo) nos tributos correntes a pagar	11.888	700
Acréscimo (decréscimo) nas provisões	(77.112)	-
Acréscimo (decréscimo) em outros passivos	-	(36.396)
Caixa proveniente das operações(=)	1.236.657	689.472
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.236.657	689.472
2. DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Receitas de investimento reconhecidas no resultado (+)	-	21.075
Aquisição de imobilizado (-)	(674.048)	(278.575)
Alienação de imobilizado (+)	6.151	34.643
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(667.897)	(222.857)
3. DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS		
Acréscimo (decréscimo) nos empréstimos e financiamentos	(258.556)	(278.111)
Custos de financiamento reconhecidos no resultado (-)	(108.973)	(63.252)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(367.529)	(341.363)
4. VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	201.230	125.252
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDA	DEC	
Saldo inicial das disponibilidades	1.069.531	944.279
Saldo final das disponibilidades	1.270.761	1.069.531
Jaido IIIIai das disponibilidades	201.230	125.252
	201.230	123.232

# SANTA CASA NOSSA SENHORA DAS MERCES INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

**EXERCÍCIOS** 2022 2021 ANÁLISE DA LIQUIDEZ Necessidade de capital de giro (185.541)48.619 904.588 Capital de giro 1.112.716 Tesouraria 1.298.256 855.969 Liquidez corrente 2,17 1,87 Liquidez geral 2,18 1,64 Liquidez seca 1,75 1,39 ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO Endividamento geral 5,61% 7,34% 6,19% Endividamento de curto prazo 5,61% Endividamento de longo prazo 0,00% 1,15% Participação do capital de terceiros s/PS 5,94% 7,92% Composição do endividamento de curto prazo 100,00% 84,34% Dívida líquida (1.200.484)(740.697)Dívida líquida sobre o total do ativo -7,10% -4,43% Posa\* 1,97% 0,42% **ANÁLISE DA ATIVIDADE** 93,00% 94,91% Imobilização do patrimônio próprio Giro do ativo 1 1 ANÁLISE DA RENTABILIDADE Margem líquida 2,91% 2,90% Margem antes dos efeitos financeiros 3,61% 3,18% Margem bruta 12,33% 14,64% Rentabilidade do patrimônio social 2,88% 2,78% Rentabilidade do ativo total 2,68% 2,54% 1.105.293 Ebitda 972.971 Ebitda sobre receita líquida 7,09% 6,64%

<sup>\*</sup>Passivo oneroso sobre o ativo total

### 01. INFORMAÇÕES GERAIS

A Santa Casa Nossa Senhora das Mercês, instituição filantrópica, sem fins lucrativos, autorizada a funcionar em 01 de abril de 1923, sob registro no CNAS nº 8125/38-40; reconhecida de Utilidade Pública Federal (conforme decreto nº 50.517 de 02/05/1961), de Utilidade Pública Estadual (conforme lei nº 5.198 de 09/06/1969) e de Utilidade Pública Municipal (conforme lei nº 296 de 13/12/1965); tem como objetivo estatutário: prestar atendimento médico-hospitalar, nos limites de sua capacidade física e técnica e atendimento asilar.

Em 27/11/09, foi publicada a Lei n°12.101 caracterizada como Nova Lei da Filantropia, que, regulamentada em 2010 pelo decreto n° 7.237 de 27 de julho, trouxe mudanças para as entidades filantrópicas no que diz respeito a concessão do certificado de filantropia, para obtenção das isenções das contribuições para a seguridade social. Entre as inovações da nova lei está a mudança no processo de certificação, que antes era feita pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, e que doravante passa a ser dividido em três áreas: Saúde – sob a responsabilidade do Ministério da Saúde, Educação – sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Assistência Social – sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Consequentemente, as entidades de que trata esta lei deverão manter escrituração contábil segregada por área de atuação de modo a evidenciar o seu patrimônio, as suas receitas, os custos e as despesas. Ainda com relação a esse assunto, deve-se ressaltar a emissão da Portaria n° 3.355, de 04.11.2010, do Ministério de Estado da Saúde.

A entidade está estabelecida em Santa Bárbara/MG, situada na Rua Nossa Senhora das Mercês, 355. Possui 50 leitos, dos quais 34 encontram-se à disposição do SUS - Sistema Único de Saúde, correspondente a 68% desses. A entidade, considerada como de assistência social, possui imunidade de impostos nos termos da Constituição Federal.

Estas demonstrações foram elaboradas pela administração da entidade e aprovadas pelo Conselho de fiscal em 15 de junho de 2023.

## 02. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas nos pronunciamentos técnicos e as interpretações e as orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade-CFC, em especial a ITG 2002(R1)/2015 — Interpretação das Normas Técnicas Gerais do Conselho Federal de Contabilidade, que trata dos aspectos contábeis das Entidades sem fins lucrativos.

#### 2.2 Base de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma.

### 2.3 Moeda funcional

A moeda funcional da entidade é o Real. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **03. PRINCIPAIS POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas a cada nota explicativa correspondente, exceto as relacionadas a seguir, que se referem a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras da entidade.

#### 3.1 Atualização monetária de direitos e obrigações

Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais ou variações cambiais e monetárias são atualizados até a data do balanço patrimonial, sendo essas variações reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

#### 3.2 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

#### 3.3 Estimativas contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos e passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, assim, estimativas referentes à redução ao valor líquido recuperável de ativos (impairment), determinação do valor justo, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estimativa de vida útil dos ativos de longa duração – imobilizado e intangível -, provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

### 3.4 Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e da contribuição social quando diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e da contribuição social quando diferidos) com previsão de liquidação no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive tributos diferidos) são classificados como "não circulantes". Todos os tributos diferidos ativos e passivos são classificados como ativos ou passivos não circulantes.

#### **04. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

<u>Política contábil:</u> A Administração da entidade define como "Caixa e equivalentes de caixa" os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor, sendo registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Itens	2022	2021
Caixas	526	526
Depósitos bancários	3.442	90.359
Aplicações de liquidez imediata	1.266.793	978.646
Somas	1.270.761	1.069.531

#### **05. CRÉDITOS A RECEBER**

<u>Política contábil:</u> Contas a receber são registradas e mantidas no balanço social pelo valor dos títulos, ajustado a valor presente, quando aplicável, representadas, principalmente, por créditos de contas a receber por serviços prestados e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de financiamentos e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração as perdas históricas por faixa de vencimento da carteira.

Circulante	2022	2021
Créditos de convênios	274.175	106.374
Créditos com pacientes SUS	34.762	159.098
Créditos convênios com municípios	63.011	88.586
Somas	371.947	354.058

#### 06. ESTOQUES

<u>Política contábil</u>: Os estoques são apresentados pelo custo de aquisição, sem exceder o valor de mercado.

Itens	2022	2021
Materiais médico hospitalares	132.445	-
Drogas e medicamentos	164.187	402.499
Material de laboratório	25.167	43.979
Enxoval	10.532	15.109
Gêneros alimentícios e Dieta enteral	16.121	8.747
Produtos de lavanderia	12.955	3.996
EPIs	4.701	3.895
Materiais de limpeza	10.120	5.157
Materiais de escritório	14.933	9.041
Outros materiais	10.729	7.664
Somas	401.890	500.087

#### 07. IMOBILIZADO

Política contábil O imobilizado está demonstrado ao valor de custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos e obras em andamento, acrescidos dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de

depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Ganhos ou perdas na venda ou baixa são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da entidade, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

A movimentação do imobilizado, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim se apresentou:

#### Custo

Itens	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transfe- rências	Saldo em 31/12/2021
Imóveis e construções	3.422.000	-	-	-	3.422.000
Benfeitorias	908.985	13.717	-	-	922.702
Terrenos	8.924.475	-	-	-	8.924.475
Móveis e utensílios	258.647	56.022	(1.919)	-	312.750
Máquinas e eqptos	562.767	20.778	(14.349)	-	569.196
Eqptos hospitalares	2.093.882	188.058	(49.570)	-	2.232.370
Instrumental	305.414	-	-	-	305.414
Somas	16.476.170	278.575	(65.838)	-	16.688.907

Itens	Saldo em	Adições	Baixas	Transfe-	Saldo em
	31/12/2021	Auições	Daixas	rências	31/12/2022
Imóveis e construções	3.422.000	-	1	ı	3.422.000
Benfeitorias	922.702	84.708	1	ı	1.007.410
Terrenos	8.924.475	-	1	ı	8.924.475
Móveis e utensílios	312.750	11.172	1	(687)	323.235
Máquinas e eqptos	569.196	35.349	1	191	604.736
Eqptos hospitalares	2.232.370	540.570	(14.936)	494	2.758.498
Instrumental	305.414	2.249	1	1	307.663
Somas	16.688.907	674.048	(14.936)		17.348.017

## Depreciação acumulada

Itens	Saldo em	Encargos de	Baixas	Transfe-	Saldo em
	31/12/2020	depreciação	Baixas	rências	31/12/2021
Imóveis, construções	(136.880)	(136.880)	-	-	(273.760)
Benfeitorias	(36.359)	(36.909)	-	-	(73.268)
Móveis e utensílios	(111.106)	(28.439)	1.307	-	(138.238)
Máquinas e eqptos	(221.824)	(55.900)	7.226	-	(270.498)
Eqptos hospitalares	(843.686)	(217.338)	22.662	-	(1.038.362)
Instrumental	(149.968)	(30.541)	1	-	(180.509)
Somas	(1.499.823)	(506.007)	31.195		(1.974.635)

Itens	Saldo em	Encargos de	Baixas	Transfe-	Saldo em
	31/12/2021	depreciação	Daixas	rências	31/12/2022
Imóveis, construções	(273.760)	(136.880)	ı	ı	(410.640)
Benfeitorias	(73.268)	(40.296)	ı	ı	(113.564)
Móveis e utensílios	(138.238)	(31.581)	ı	414	(169.405)
Máquinas e eqptos	(270.498)	(58.716)	ı	(284)	(329.498)
Eqptos hospitalares	(1.038.362)	(244.473)	8.655	-	(1.274.180)
Instrumental	(180.509)	(30.560)	ı	ı	(211.069)
Somas	(1.974.635)	(542.506)	8.655	126	(2.508.354)

As vidas úteis consideradas para cálculo da depreciação são demonstradas no quadro a seguir:

Itens	Vida útil dos ativos imobilizados
Edificações, benfeitorias	25 anos
Máquinas, equipamentos hospitalares, móveis	
e utensílios, instrumental	10 anos

A administração não identificou em nenhum de seus bens imobilizados a necessidade de redução ao valor recuperável (Impairment).

#### **08. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTRAS**

<u>Política contábil</u>: Reconhecidas pelo valor nominal e acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

Itens	2022	2021
Materiais médicos	150.009	77.689
Materiais diversos	50.436	41.397
Serviços de terceiros	5.004	16.814
Outros serviços terceiros	42.821	3
Somas	248.270	135.903

## **09. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS**

Itens	2022	2021
Obrigações trabalhistas	241.676	224.867
Obrigações sociais	60.051	166.816
Provisões	274.457	253.455
Somas	576.184	645.138

#### 10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Política contábil</u>: Reconhecidos pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços.

Itens	Taxas	2022	2021
Capital de giro (a)	0,8%am	70.278	213.562
Somas		70.278	213.562

Itens	2022	2021
Circulante	70.278	213.562
Não circulante	-	115.272

(a) Garantias: Outro(s) ben(s) financiado(s) Cessão - notas promissórias e outros direitos de crédito; vencimento novembro/2023.

#### Cronograma de vencimentos

Vencimentos	2022	2021
Em 2022	-	213.562
Em 2023	70.278	115.272

## 11. PATRIMÔNIO SOCIAL

a) O patrimônio social do Hospital é constituído por dotação inicial, bens a ele incorporados e dos resultados líquidos apurados (superávit/déficit). O Hospital por ser entidade de fins não lucrativos, não distribui lucros, dividendos, vantagens ou parcelas do patrimônio a seus instituidores, dotadores e administradores, sob qualquer forma.

#### b) Ajuste de avaliação patrimonial

Registra a contrapartida do custo atribuído (deemed cost) dos bens do ativo imobilizado avaliados pelo valor justo em 2013.

## c) Superávit/(déficit)-Resultado do exercício

Os resultados dos exercícios são mantidos nas rubricas superávit ou déficit do exercício enquanto não aprovados pela Assembleia Geral e, após a sua aprovação, são transferidos para a conta de fundo patrimonial.

### 12. ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS

Por ser portador do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, em vista de atendimento ao Sistema Único de Saúde – SUS, em percentual igual ou superior a 60% de sua capacidade o Hospital usufruiu das seguintes isenções:

Itens	2022	2021
INSS	1.053.817	1.026.566

O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS do Hospital tem validade pelo período de 01/01/2021 a 31/12/2023.

#### 13. NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A entidade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas operacionais baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

Custos operacionais por natureza	2022	2021
Serviços próprios	4.404.471	4.383.441
Serviços médicos	6.761.231	5.948.548
Serviços de terceiros	75.031	60.499
Medicamentos e materiais hospitalares	1.488.863	1.230.686
Outros materiais	383.983	392.216
Contribuições e doações	26.089	26.189
Depreciação	533.720	474.812
SOMAS	13.673.387	12.516.391

Despesas operacionais por natureza	2022	2021
Honorários profissionais	157.458	172.958
Serviços de terceiros	508.250	390.563
Materiais	108.017	83.897
Aluguéis	27.507	35.699
Impostos, taxas e contribuições	5.718	266
SOMAS	806.950	683.383

## **14. RECEITAS DIVERSAS**

Itens	2022	2021
Prefeitura Municipal de Catas Altas - Aquisição Autoclave	224.000	-
Emenda Parlamentar Estadual	104.231	-
Taxas Administrativas	41.662	-
Outras receitas	130.581	30.485
Somas	500.474	30.485

## 15. LEITOS E ATENDIMENTOS HOSPITALARES

LEITOS	2022	%	2021	%
SUS	34	68	34	68
Não SUS	16	32	16	32
Total	50	100	50	100

ATENDIMENTOS HOSPITALARES	2022	%	2021	%
INTERNAÇÕES				
SUS	1.867	71	1.473	69
Não SUS	780	29	674	31
Total	2.647	100	2.147	100
ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS				
SUS	108.148	83	74.326	80
Não SUS	21.463	17	18.162	20
Total	129.611	100	92.488	100

### 16. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A Entidade procedeu a uma avaliação de seus ativos financeiros, em relação aos seus valores justos, concluindo que estes estão adequadamente demonstrados, e os passivos financeiros reconhecidos também adequadamente.

A sociedade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

#### 17. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

<u>Política contábil:</u> A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data do balanço patrimonial. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. A Administração acredita que as provisões para riscos cíveis, que são os processos existentes atualmente, que tem probabilidade de perdas possíveis somam o montante de R\$ 1.398,8 mil.

#### 18. COBERTURA DE SEGUROS

A entidade mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As coberturas de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2020, são assim demonstradas:

Itens	Vigência	Coberturas	Valores (R\$)
Seguro	22/10/2022	Danos elétricos	50.000
Patrimonial	a	Incêndio e complementares	5.000.000
	22/10/2023	Vidros, anúncios luminosos, mármore	5.000
		Vendaval, furacão, ciclone, granizo, tornado	30.000

#### **DIRETORIA EXECUTIVA**

EDUARDO CELSO MOREIRA Diretor Presidente CPF 037.871.763-49

**CONTADOR RESPONSÁVEL** 

BRIZZE FERNANDA FERREIRA PERDIGÃO Contadora - CRCMG 122.552/O





# RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos(as) Srs.(as). Diretores e Conselheiros SANTA CASA NOSSA SENHORA DAS MERCÊS Santa Bárbara - MG

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SANTA CASA NOSSA SENHORA DAS MERCÊS (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

# Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.





Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as





correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 22 de maio de 2023.

BH AUDITORES INDEPENDENTES CRC-MG 7395/O Ana Carolina M Born - Sócia 078442/O-5



#### **BH AUDITORES INDEPENDENTES**

Rua Alberto Cintra, 161 – CJ 1203 – UNIÃO CEP: 31.160-370 – BELO HORIZONTE/MG TEL: (31) 3484-6266 www.bornauditores.com.br

